

PPAG 2016-2019

EXERCÍCIO 2019

PLE 242/2018

Saúde e Proteção Social
Direitos Humanos
Criança e Adolescente
Negros, Índios, Povos e Comunidades Tradicionais
Idoso
Pessoa com Deficiência



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

PLE Nº 242/2018

Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social

Proponentes

Jéssica Parreiras Marroques – Diretório Central dos Estudantes da Uemg (Belo Horizonte) / Oraldo Soares Paiva – instituição não informada / Daniel Marcelo Parreiras Soares – instituição não informada / Gilvan Junior Mendes Borges – instituição não informada / Ronald de Oliveira Rocha – Instituto 25 de março de Sérgio Miranda – Isem (Belo Horizonte) / Dirlene Ribeiro Lopes – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Belo Horizonte) / Maria Auxiliadora Viana Pinto – Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG (Belo Horizonte) / Juliana Cordeiro Chiari – Secretária de Estado Adjunta de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Belo Horizonte) / Caroline Cunha Rodrigues – instituição não informada / Camila Miranda Barros – Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) / Wanderson Barbosa Serafim – Partido dos Trabalhadores – PT (Belo Horizonte) / Maria Imaculada Marcelino Ferreira – Secretária de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac (Belo Horizonte) / Natasha Dias – instituição não informada / Vânia Lúcia de Almeida – Sedpac (Belo Horizonte) / Yone Maria Gonzaga – Sedpac (Belo Horizonte) / Rita de Cássia Pereira de Amorim – instituição não informada / Nayara de Castro Dias – Secretária de Estado Adjunta de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Belo Horizonte) / Gabriel Alvisi Gomes – Centro Universitário Una – *Campus* Barro Preto (Belo Horizonte) / João Antônio Motta – instituição não informada / Bruno Alves Chaves – Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual – Cellos (Belo Horizonte) / Pedro Henrique Dias Ferreira – Centro Universitário Una – *Campus* Barro Preto (Belo Horizonte) / Walisson Caetano Oliveira – Cellos (Belo Horizonte) / Anderson José de Almeida Duarte – Cellos (Belo Horizonte) / Polyana Teixeira Jardim – instituição não informada / Eliane Quaresma Caldeira de Araújo – Sedpac (Belo Horizonte) / Thereza Christina Cavalcante Lamy Diniz Serra e Meira – Conselho Estadual da Mulher – CEM (Belo Horizonte) / Dilson José de Oliveira – Sedpac (Belo Horizonte) / Angélica Ramos Gonçalves Henrique – Comunidade Missionária Villaregia (Belo Horizonte) / Patrícia Viegas Silva – Comunidade Missionária Villaregia (Belo Horizonte) / Eustáquio José de Oliveira – Sedpac (Belo Horizonte) / Lara Gontijo de Castro Souza – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Belo Horizonte) / Evanézio Fidêncio Miranda – Sedpac (Belo Horizonte) / Daniel Santos da Cruz – Comitê de Representação do FT Pop Rua (Belo Horizonte).

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/texto.html?a=2018&n=242&t=PLE>. Acesso em: 29 de março de 2019.

Sugestões de intervenção

A PLE nº 242 sugeriu as seguintes alterações no Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social:

- Na Ação 4156 – Operacionalização e Implementação do Memorial de Direitos Humanos – Casa da Liberdade:
 - alterações do nome, finalidade, produto e meta financeira, de forma a garantir a execução da finalidade da própria ação. O memorial pretende ser um símbolo da resistência democrática e da repressão ditatorial imposta durante os anos do regime militar, sendo um espaço destinado a rememorar a história brasileira e do Estado, um laboratório de história oral, bem como um local para receber exposições de curta e longa duração.
- Inclusão de AÇÃO NOVA, denominada “Conferências Estaduais de Defesa e Garantia dos Direitos Humanos”, com a finalidade de realizar conferências estaduais e regionais de defesa e garantia dos direitos humanos, de forma a garantir a legítima integração social dos órgãos, a democracia participativa e o controle social, visando discutir os avanços e desafios das políticas

municipais, estadual e nacional de direitos humanos, a partir da mobilização de atores sociais para a concretização dos direitos humanos no Estado.

- Na Ação 4624 – Operacionalização dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos:
 - aumento da meta financeira para pagamento de diárias para participação das plenárias ordinárias dos conselhos; de estagiários para os conselhos; de capacitações de conselheiros; de despesas de viagem para realização de monitoramento dos presídios do interior do Estado; e para confecção de material gráfico de fomento e empoderamento dos conselhos estaduais, por meio da divulgação de suas atividades.
- Na Ação 4652 – Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento do Racismo:
 - alteração de finalidade, produto e metas física e financeira, com vistas a incluir ações de formação e capacitação nas temáticas de promoção da igualdade racial.
- Na Ação 4544 – Operacionalização da Casa de Direitos Humanos:
 - aumento da meta financeira. A Casa de Direitos Humanos é o principal equipamento de atendimento ao público mineiro no que diz respeito à promoção, proteção e restauração dos direitos humanos.
- Inclusão de AÇÃO NOVA, denominada “Respeito à Diversidade Religiosa”, com vistas a promover ações de qualificação e formação de gestores de políticas e da sociedade civil para o respeito à diversidade religiosa bem como de enfrentamento institucional de qualquer tipo de violência e intolerância religiosa no Estado. Ressalte-se que o Estado é laico e assegura a liberdade religiosa e a de consciência, garantindo a todos a livre manifestação, a livre expressão de fé e a proteção aos templos e cultos religiosos.
- Inclusão de AÇÃO NOVA, denominada “Capacitação Humanizada dos Agentes Penitenciários”, de forma a garantir a formação e a capacitação continuada dos agentes penitenciários do Estado em temáticas de direitos humanos.
- Inclusão de AÇÃO NOVA, denominada “Humanização do Cumprimento da Pena – Faça sua Parte com Arte”, com vistas a promover ações e projetos educacionais, culturais e artísticos no âmbito das unidades prisionais, como forma de propiciar melhores condições de cumprimento das penas e maiores resultados na ressocialização dos egressos do sistema prisional.
- Inclusão de AÇÃO NOVA, denominada “Empoderamento da População Negra”, com a finalidade de realizar ações que visem ao empoderamento da população negra, em especial lideranças religiosas de matriz africana e gestores de políticas públicas de igualdade racial, como forma de reconhecimento de direitos, promoção da igualdade racial e enfrentamento do racismo em todas as suas formas, sobretudo institucional e religiosa.
- Inclusão de AÇÃO NOVA, denominada “Elaboração e Implementação das Ações do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial – Planepir”, com a finalidade de elaborar e implementar as ações e diretrizes do plano, o qual prevê oito eixos de atuação: Trabalho e Desenvolvimento Econômico; Educação e Diversidade; Cultura, Diversidade e Comunicação; Acesso à Terra e Moradia Digna; Segurança Pública e Acesso à Justiça; Saúde, Fortalecimento e Humanização do SUS; Fortalecimento de Órgãos de Promoção da Igualdade Racial, Políticas

Públicas Afirmativas e Enfrentamento do Racismo Institucional; Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar. Ressalte-se que a proposta de elaboração do Planepir foi referendada pelos delegados e delegadas participantes da IV Conferência Estadual de Igualdade Racial, realizada em 2017 pelo Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – Conepir –, Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac – e movimentos sociais.

- Na Ação 4548 – Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Participação Social:
 - aumento da meta financeira para elaboração do Plano Estadual LGBTI – Minas sem LGBTIfobia;
 - aumento da meta financeira para realização de ações voltadas para a qualificação profissional e a promoção da autonomia econômica das mulheres e para a execução do Plano Estadual de Políticas para Mulheres;
 - aumento da meta financeira para execução de ações do Plano Estadual da Pessoa com Deficiência – Minas Inlui.
- Na Ação 4624 – Operacionalização dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos:
 - aumento da meta financeira para manutenção e funcionamento adequado dos nove conselhos estaduais, possibilitando a participação e o controle social.
- Na Ação 4073 – Apoio a Projetos Especiais de Promoção e Proteção de Criança e Adolescentes:
 - inclusão dos Territórios Alto Jequitinhonha, Mucuri, Médio e Baixo Jequitinhonha e aumento das metas física e financeira, com vistas a apoiar os municípios desses territórios na promoção de educação que vise ao combate à violência sexual contra crianças e adolescentes por meio da realização de peças teatrais e atividades lúdicas.
- Inclusão de AÇÃO NOVA, denominada “Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Vulnerabilidade Social”, com a finalidade de promover proteção e defesa de direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, e suas respectivas famílias, por meio da oferta de oficinas artísticas e culturais, reforço escolar, alimentação, atividades esportivas e atendimento sociopsicológico aos usuários e familiares.
- Na Ação 4072 – Apoio a Projetos Especiais de Promoção e Proteção dos Idosos:
 - alteração de finalidade, incluindo a capacitação dos conselheiros municipais, a criação de programas de inserção social, a criação de projetos de qualificação de conselheiros, a oferta de cursos de qualificação de cuidadores de idosos e a realização de seminários, palestras e outras iniciativas voltadas para a pessoa idosa e gestores.
- Inclusão de AÇÃO NOVA, denominada “Apoio a Projetos Especiais de Promoção e Proteção da Pessoa Idosa”, com a finalidade de realizar ações de promoção e defesa de direitos humanos, promovendo o acesso a direitos e a participação social da pessoa idosa. A sugestão justifica-se diante da situação da invisibilidade da pessoa idosa, do quantitativo de pessoas idosas analfabetas em situação de rua e/ou em situação de vulnerabilidade social, bem como do

aumento da violência contra a pessoa idosa e do aumento da população carcerária idosa, segundo dados do Disque 100 e do IBGE.

- Inclusão de AÇÃO NOVA, denominada “Protagonismo e Empreendedorismo Juvenil”, com a finalidade de garantir aos jovens o acesso ao esporte e à cultura e a oferta de cursos profissionalizantes.
- Na Ação 4545 – Operacionalização das Centrais de Interpretação de Libras:
 - inclusão dos Territórios Metropolitano e Vale do Aço, alteração de finalidade e aumento das metas física e financeira, com a finalidade de implantar duas centrais, uma na Cidade Administrativa, na Capital, e outra no Município de Ipatinga, e de incluir em todas as centrais o atendimento às pessoas com surdocegueira.
- Inclusão de AÇÃO NOVA, denominada “Implementação das Ações do Plano Estadual da Política para a População em Situação de Rua”, com a finalidade de garantir o repasse de recursos financeiros aos municípios para desenvolvimento das ações do plano.
- Inclusão de AÇÃO NOVA, denominada “Manutenção do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua”, com a finalidade de equipar e manter o centro como espaço de efetivação da defesa de direitos humanos desse público no Estado e implantar polos ou centros regionais para a população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis, fornecendo suporte técnico aos municípios.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2018&n=242&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20180024203585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26pesqProp%3Dtrue>. Acesso em: 29 de março de 2019.

Resultados – Apreciação das sugestões de intervenção

Após análise pela Comissão de Participação Popular, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e pelo Plenário da ALMG, as sugestões foram ACOLHIDAS na forma de:

- **Emenda ao PPAG:**
 - AÇÃO NOVA – Elaboração e Implementação de Planos Estaduais de Políticas Públicas a Públicos:
 - inclusão de ação destinada à elaboração e implementação dos Planos Estaduais da Promoção da Igualdade Racial – Planepir –, da população LGBTI – Minas Sem LGBTIFobia –, de Políticas para Mulheres, da Pessoa com Deficiência – Minas Inclui –, e da Política para a População em Situação de Rua, com meta física (5) e financeira (R\$500.000,00), no território Multiterritorial. (despesas correntes)
- **Emenda ao PPAG:**
 - Ação 4072 – Apoio a Projetos Especiais de Promoção e Proteção a Idosos:
 - alteração da finalidade da ação para: Captar recursos e financiar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para a pessoa idosa, incluindo a qualificação de

cuidadores de idosos, de conselheiros estaduais e municipais e de gestores das políticas públicas inerentes.

- **Emenda ao PPAG:**

- Ação 4545 – Operacionalização das Centrais de Interpretação de Libras:

- alteração de finalidade da ação para: Garantir a inclusão de surdos, pessoas com deficiência auditiva e pessoas com surdocegueira, por meio das Centrais de Interpretação de Libras.

- **Emenda ao PPAG:**

- AÇÃO NOVA – Manutenção do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua:

- inclusão de ação destinada a equipar e manter o Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua como espaço de efetivação da defesa dos direitos humanos desse público no Estado e implantar polos (ou centros) regionais para a população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis, fornecendo suporte técnico aos municípios, com meta física (1) e financeira (R\$200.000,00), no território Multiterritorial.

- **Emenda ao PPAG e À LOA:**

- Ação 4652 – Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento do Racismo:

- alteração do nome da ação, incluindo o respeito à diversidade religiosa; alteração da finalidade para: Promover ações visando ao respeito da diversidade religiosa e ao empoderamento da população negra, voltadas especialmente para religiosos de matriz africana, quilombolas, conselheiros de promoção da igualdade racial e gestores de políticas públicas de igualdade racial, como forma de reconhecimento de direitos, promoção da igualdade e enfrentamento ao racismo; acréscimo de meta física (50) e financeira (R\$150.000,00) para a formação e capacitação sobre diversidade religiosa e igualdade racial, especialmente de religiosos de matriz africana, quilombolas, conselheiros e gestores de políticas públicas de promoção da igualdade racial. (despesas correntes)

- **Emenda ao PPAG e À LOA:**

- Ação 4548 – Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Participação Social:

- alteração da finalidade da ação para: Realizar ações de promoção, proteção e defesa de direitos humanos, promovendo o acesso a direitos e a participação social, e realizar conferências regionais e estaduais como forma de propiciar a efetivação de mecanismos de democracia participativa e controle social visando à defesa e à promoção dos direitos humanos; e acréscimo dos Territórios Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, e Mucuri, com metas físicas (1, 2 e 1, respectivamente) e financeiras (R\$70.000,00, R\$140.000,00 e R\$70.000,00, respectivamente), para a

realização de peças teatrais e atividades educacionais e lúdicas, direcionadas a crianças e adolescentes dos territórios acrescidos, sobre a temática do enfrentamento da violência sexual. (despesas correntes)

- **Emenda ao PPAG e À LOA:**

- Ação 4156 – Operacionalização e Implementação do Memorial de Direitos Humanos – Casa da Liberdade:

- Alteração do nome da ação, incluindo a manutenção; alteração de finalidade para: Implantar, implementar, preservar, operacionalizar e manter equipamento público destinado à preservação e difusão da memória e verdade; e acréscimo de meta financeira (R\$200.000,00) no território Multiterritorial para a realização de projeto executivo de instalação do Memorial de Direitos Humanos – Casa da Liberdade. (despesas correntes)

- **Emenda à LOA:**

- Ação 4544 – Operacionalização da Casa de Direitos Humanos:

- acréscimo de recursos na ação, sem especificação do objeto do gasto. (despesas correntes)

- **Requerimentos:**

- À Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap –, pedindo providências para apoiar o desenvolvimento de ações e projetos educacionais, culturais e artísticos no âmbito das unidades prisionais, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos auxiliares da execução penal, a exemplo da Defensoria Pública e do Ministério Público, e com a sociedade civil, como forma de propiciar melhores condições de cumprimento das penas e melhores resultados na ressocialização dos egressos do sistema prisional.
- À Secretaria de Estado de Administração Prisional, pedindo providências para priorizar a formação e a capacitação continuada dos agentes penitenciários do Estado em temáticas de direitos humanos.
- À Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac –, pedindo providências para, no âmbito da Ação 4624 – Operacionalização dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos, do PPAG 2016-2019, priorizar ações de manutenção e funcionamento adequado dos nove conselhos estaduais, como pagamento de diárias para participação das plenárias ordinárias dos conselhos, de estagiários para os conselhos, de capacitações de conselheiros, de despesas de viagens para realização de monitoramento dos presídios do interior do Estado, e para a confecção de material gráfico de fomento e empoderamento dos conselhos estaduais, com vistas a garantir a participação e o controle social.
- À Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, pedindo

providências para intensificar as ações de formação e capacitação nas temáticas de diversidade religiosa e igualdade racial, voltadas especialmente para ciganos, indígenas, religiosos de matriz africana, quilombolas, conselheiros e gestores de políticas públicas de promoção da igualdade racial, como forma de propiciar o reconhecimento de direitos, o respeito à diversidade religiosa, o enfrentamento do racismo e a promoção da igualdade.

- À Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, pedindo providências para desenvolver ações voltadas à qualificação profissional e à promoção da autonomia econômica das mulheres, como forma de contribuir para o rompimento do ciclo de violência.
- À Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – Seplag –, pedindo providências para priorizar a implantação, no ano de 2019, de serviços das Centrais de Interpretação de Libras na Cidade Administrativa, na Capital, e no Município de Ipatinga.
- À Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, pedindo providências para priorizar a implantação, no ano de 2019, de serviços das Centrais de Interpretação de Libras na Cidade Administrativa, na Capital, e no Município de Ipatinga.
- À Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, pedindo providências para intensificar as ações voltadas para a promoção de direitos e proteção da pessoa idosa, especialmente por meio de iniciativas que propiciem sua participação social e protagonismo, bem como para fortalecer projetos de capacitação de cuidadores de idosos e de qualificação de conselheiros e gestores estaduais e municipais das políticas públicas inerentes, por meio da realização continuada de fóruns e seminários regionais.
- À Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, pedindo providências para analisar a oportunidade e a viabilidade de inclusão da Comunidade Missionária de Villaregia – Centro de Acolhida Betânia, em Belo Horizonte, entre as entidades sociais apoiadas no âmbito da Ação 4548 – Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Participação Social, do PPAG 2016-2019, em projetos de proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, tendo em vista o trabalho desenvolvido pela entidade no que toca à oferta de reforço escolar, atividades esportivas, oficinas artísticas e culturais e atendimento psicossocial a esse público.
- À Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, pedindo providências para assegurar a realização, no ano de 2019, das conferências estaduais setoriais de direitos humanos (Criança e Adolescente, LGBTI, Pessoa com Deficiência, Juventude, Mulher, Pessoa Idosa e Igualdade Racial).
- À Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, pedindo providências para ampliar as ações de promoção de direitos e proteção de jovens em situação de vulnerabilidade social no Estado, bem como para analisar a oportunidade e a viabilidade de inclusão da Comunidade Missionária de Villaregia – Centro de Acolhida

Betânia, em Belo Horizonte, entre as entidades sociais eventualmente apoiadas, tendo em vista o trabalho desenvolvido pela entidade no que toca à oferta de cursos profissionalizantes e de projetos voltados para o acesso à cultura e ao esporte e o fomento ao protagonismo e ao empreendedorismo juvenil.

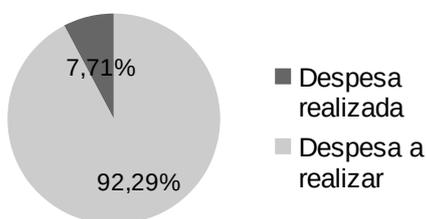
Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2018&n=242&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20180024203585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26pesqProp%3Dtrue>. Acesso em: 29 de março de 2019.

MONITORAMENTO DOS DESDOBRAMENTOS – PLE N° 242/2018

Visão geral da execução financeira do Programa 36 e das ações que foram objeto de emenda por sugestão popular – Jan/Agosto 2019

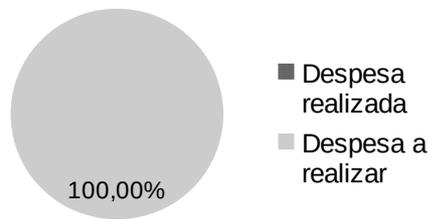
Os dados abaixo são preliminares, sujeitos a correção. A despesa a realizar considera o crédito autorizado.

PROGRAMA 36



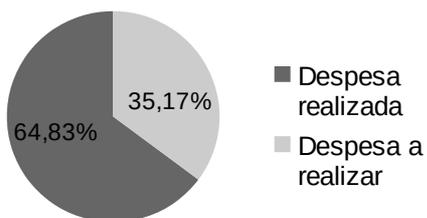
Despesa realizada	R\$ 1.041.521,74
Despesa a realizar	R\$ 12.458.946,30

AÇÃO 4156



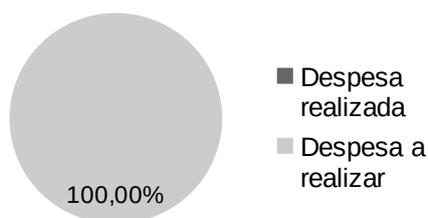
Despesa realizada	R\$ 0,00
Despesa a realizar	R\$ 201.000,00

AÇÃO 4548

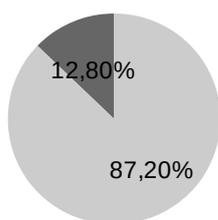


Despesa realizada	R\$ 700.399,04
Despesa a realizar	R\$ 380.000,00

AÇÃO 4652

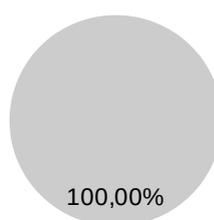


Despesa realizada	R\$ 0,00
Despesa a realizar	R\$ 151.000,00

AÇÃO 4544

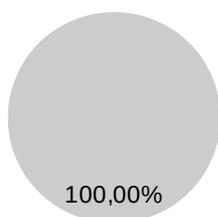
■ Despesa realizada
■ Despesa a realizar

Despesa realizada	R\$ 232.330,36
Despesa a realizar	R\$ 1.582.277,64

AÇÃO 4274

■ Despesa realizada
■ Despesa a realizar

Despesa realizada	R\$ 0,00
Despesa a realizar	R\$ 500.000,00

AÇÃO 4281

■ Despesa realizada
■ Despesa a realizar

Despesa realizada	R\$ 0,00
Despesa a realizar	R\$ 200.000,00

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Políticas Públicas ao Seu Alcance. Disponível em: <<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/>>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

Visão geral da execução financeira da ação monitorada – Jan/Agosto 2019

AÇÃO: 4156 – IMPLEMENTAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO MEMORIAL DE DIREITOS HUMANOS CASA DA LIBERDADE

FINALIDADE: IMPLANTAR, IMPLEMENTAR, PRESERVAR, OPERACIONALIZAR E MANTER EQUIPAMENTO PÚBLICO DESTINADO A PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA E VERDADE.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado
201.000,00	201.000,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Políticas Públicas ao Seu Alcance. Disponível em: <<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/>>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

Visão geral da execução financeira da ação monitorada – Jan/Agosto 2019

AÇÃO: 4548 – PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

FINALIDADE: REALIZAR AÇÕES DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DE DIREITOS HUMANOS, PROMOVENDO O ACESSO AOS DIREITOS E À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E REALIZAR CONFERÊNCIAS REGIONAIS E ESTADUAIS COMO FORMA DE PROPICIAR A EFETIVAÇÃO DE MECANISMOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL VISANDO À DEFESA E À PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado
380.000,00	1.080.399,04	0,00	0,00	280.000,00	280.000,00	0,00	0,00

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Políticas Públicas ao Seu Alcance. Disponível em: <<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/>>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

Visão geral da execução financeira da ação monitorada – Jan/Agosto 2019

AÇÃO: 4652 – RESPEITO À DIVERSIDADE RELIGIOSA, PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E ENFRENTAMENTO DO RACISMO

FINALIDADE: PROMOVER AÇÕES VISANDO AO RESPEITO DA DIVERSIDADE RELIGIOSA E AO EMPODERAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA, VOLTADAS ESPECIALMENTE PARA RELIGIOSOS DE MATRIZ AFRICANA, QUILOMBOLAS, CONSELHEIROS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE RACIAL, COMO FORMA DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS, PROMOÇÃO DA IGUALDADE E ENFRENTAMENTO AO RACISMO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado
151.000,00	151.000,00	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Políticas Públicas ao Seu Alcance. Disponível em: <<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/>>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

Visão geral da execução financeira da ação monitorada – Jan/Agosto 2019

AÇÃO: 4544 – OPERACIONALIZAÇÃO DA CASA DE DIREITOS HUMANOS

FINALIDADE: MANTER A ESTRUTURA DA CASA DE DIREITOS HUMANOS, COM VISTAS A POSSIBILITAR A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, PROMOVENDO A IGUALDADE E GARANTINDO A DIGNIDADE.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado
1.814.608,00	1.814.608,00	232.330,36	12,80	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Políticas Públicas ao Seu Alcance. Disponível em: <<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/>>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

Visão geral da execução financeira da ação monitorada – Jan/Agosto 2019

AÇÃO: 4274 – ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS A PÚBLICOS ESPECÍFICOS

FINALIDADE: ELABORAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS ESTADUAIS DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – PLANEPIR –, DA POPULAÇÃO LGBTI – MINAS SEM LGBTIFOBIA, DE POLÍTICAS PARA MULHERES, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – MINAS INCLUI, E DA POLÍTICA PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado
500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Políticas Públicas ao Seu Alcance. Disponível em: <<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/>>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

Visão geral da execução financeira da ação monitorada – Jan/Agosto 2019

AÇÃO: 4281 – MANUTENÇÃO DO CENTRO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

FINALIDADE: EQUIPAR E MANTER O CENTRO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, COM O ESPAÇO DE EFETIVAÇÃO DA DEFESA DE DIREITOS HUMANOS DESSE PÚBLICO NO ESTADO, E IMPLANTAR POLOS (OU CENTROS) REGIONAIS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, FORNECENDO SUPORTE TÉCNICO AOS MUNICÍPIOS.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado
200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Políticas Públicas ao Seu Alcance. Disponível em: <<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/>>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 31/08?	Síntese da resposta
242	11.827	À Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap –, pedindo providências para apoiar o desenvolvimento de ações e projetos educacionais, culturais e artísticos no âmbito das unidades prisionais, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos auxiliares da execução penal, a exemplo da Defensoria Pública e do Ministério Público, e com a sociedade civil, como forma de propiciar melhores condições de cumprimento das penas e melhores resultados na ressocialização dos egressos do sistema prisional.	Não	

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 31/08?	Síntese da resposta
242	11.830	À Seap, pedindo providências para priorizar a formação e a capacitação continuada dos agentes penitenciários do Estado em temáticas de direitos humanos.	Não	
242	11.832	À Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac –, pedindo providências para, no âmbito da Ação 4624 – Operacionalização dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos, do PPAG 2016-2019, priorizar ações de manutenção e funcionamento adequado dos nove conselhos estaduais, como pagamento de diárias para participação das plenárias ordinárias dos conselhos, de estagiários para os conselhos, de capacitações de conselheiros, de despesas de viagens para realização de monitoramento dos presídios do interior do Estado, e para a confecção de material gráfico de fomento e empoderamento dos conselhos estaduais, com vistas a garantir a participação e o controle social.	Não	
242	11.834	À Sedpac, pedindo providências para intensificar as ações de formação e capacitação nas temáticas de diversidade religiosa e igualdade racial, voltadas especialmente para ciganos, indígenas, religiosos de matriz africana, quilombolas, conselheiros e gestores de políticas públicas de promoção da igualdade racial, como forma de propiciar o reconhecimento de direitos, o respeito à diversidade religiosa, o enfrentamento do racismo e a promoção da igualdade.	Não	
242	11.838	À Sedpac, pedindo providências para desenvolver ações voltadas à qualificação profissional e à promoção da autonomia econômica das mulheres como forma de contribuir para o rompimento do ciclo de violência.	Não	
242	11.845	À Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – Seplag –, pedindo providências para priorizar a implantação, no ano de 2019, de serviços das Centrais de Interpretação de Libras na Cidade Administrativa, na Capital, e no Município de Ipatinga.	Não	
242	11.848	À Sedpac, pedindo providências para priorizar a implantação, no ano de 2019, de serviços das Centrais de Interpretação de Libras na Cidade Administrativa, na Capital, e no Município de Ipatinga.	Não	
242	11.857	À Sedpac, pedindo providências para intensificar as ações voltadas para a promoção de direitos e proteção da pessoa idosa, especialmente por meio de iniciativas que propiciem sua participação social e protagonismo, bem como para fortalecer projetos de capacitação de cuidadores de idosos e de	Não	

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 31/08?	Síntese da resposta
		qualificação de conselheiros e gestores estaduais e municipais das políticas públicas inerentes, por meio da realização continuada de fóruns e seminários regionais.		
242	11.866	À Sedpac, pedindo providências para analisar a oportunidade e a viabilidade de inclusão da Comunidade Missionária de Villaregia – Centro de Acolhida Betânia, em Belo Horizonte, entre as entidades sociais apoiadas no âmbito da Ação 4548 – Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Participação Social, do PPAG 2016-2019, em projetos de proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, tendo em vista o trabalho desenvolvido pela entidade no que toca à oferta de reforço escolar, atividades esportivas, oficinas artísticas e culturais e atendimento psicossocial a esse público.	Não	
242	11.879	À Sedpac, pedindo providências para assegurar a realização, no ano de 2019, das conferências estaduais setoriais de direitos humanos (Criança e Adolescente, LGBTI, Pessoa com Deficiência, Juventude, Mulher, Pessoa Idosa e Igualdade Racial).	Não	
242	11.882	À Sedpac, pedindo providências para ampliar as ações de promoção de direitos e proteção de jovens em situação de vulnerabilidade social no Estado, bem como para analisar a oportunidade e a viabilidade de inclusão da Comunidade Missionária de Villaregia – Centro de Acolhida Betânia, em Belo Horizonte, entre as entidades sociais eventualmente apoiadas, tendo em vista o trabalho desenvolvido pela entidade no que toca à oferta de cursos profissionalizantes e de projetos voltados para o acesso à cultura e ao esporte e o fomento ao protagonismo e ao empreendedorismo juvenil.	Não	

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html>. Acesso em: 18 de out. de 2019.

Nota: nos termos da Constituição do Estado, a autoridade estadual que, em resposta a pedido escrito de informações encaminhado pela Assembleia Legislativa, se recusar a responder, não atender no prazo de 30 dias ou prestar falsa informação, pode ser responsabilizada. Cumpre observar que os pedidos de providências possuem natureza distinta dos de informações. Eles podem ser encaminhados a autoridade de outras esferas federativas e, até por isso, não há previsão legal da obrigação de que sejam respondidos.

Acesse o [site Políticas Públicas ao Seu Alcance](#) para saber mais sobre as políticas públicas de [Direitos Humanos](#) e para os destinatários [Criança e Adolescente](#), [negros, Índios, Povos e Comunidades Tradicionais](#), [Idoso](#) e [Pessoa com Deficiência](#) e monitorar sua execução ao longo do ano.